

**A QUARTA ONDA FEMINISTA:
INTERSECCIONAL, DIGITAL E COLETIVA**

Olívia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
oliviaperez@yahoo.com.br

Arlene Martinez Ricoldi
Universidade Federal do ABC (UFABC)
arlenericoldi@gmail.com

Eixo temático: Género, Diversidad, Juventudes y Violencias

Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019.

Resumo: Argumenta-se neste artigo que os movimentos feministas brasileiros contemporâneos passam, no momento atual, por uma quarta onda, caracterizada pela: mobilização via meios de comunicação digitais, diversidade de feminismos e adoção da interseccionalidade e, por último, mobilização em forma de coletivos (organizações fluidas e discursivamente distantes das organizações tradicionais). Para demonstrar tais características, primeiramente foi feita uma sistematização da produção acadêmica sobre as ondas feministas. No plano empírico foram entrevistadas ativistas de cinco coletivos feministas brasileiros e coletadas informações de páginas de coletivos feministas cadastrados no facebook.

Palavras-chave: Feminismo; Quarta Onda; Movimentos Sociais; Coletivos.

INTRODUÇÃO

O feminismo está na moda, não só na pesquisa, mas também na sociedade como um todo. Na academia, nos movimentos sociais, e principalmente na internet, se discute temas e pensadoras, bem como suas vertentes teóricas (radical, socialista, liberal, interseccional etc). Em uma análise superficial, é perceptível a popularização do chamado feminismo interseccional, que adota uma posição de combate às desigualdades que se interseccionam a partir de diversos marcadores sociais, como gênero, raça e classe social.

Recentemente, autoras como Alvarez (2014) e Matos (2010, 2014) vem chamando a atenção para uma reconfiguração e um impulso do feminismo que tem alguns traços particulares, como o uso de redes sociais, horizontalidade, altermundismo, etc, além de um marco e um *turning point* decisivo a partir das chamadas Jornadas de Junho de 2013¹. Apesar de se tratar de fenômeno ainda recente e em curso, este trabalho irá argumentar na direção de corroborar a tese de

¹ Embora essas características já estivessem em gestação no início da década.

que estamos em meio a uma quarta onda do feminismo², no interior da qual, para o Brasil, o feminismo interseccional é central na sua compreensão e está articulado com sua formação.

Para isso, serão utilizadas algumas estratégias, que serão apresentadas neste trabalho. O texto encontra-se organizado em três partes, além das considerações finais e esta introdução: a primeira procura fazer um histórico das ondas do movimento feminista brasileiro, buscando separar e diferenciar da historicização de outros países (em especial o hegemônico EUA), as especificidades da trajetória brasileira e como a interseccionalidade se introduz no contexto feminista brasileiro. Na segunda parte o texto traz a análise das três características fundamentais da nova onda de mobilizações feministas no Brasil, que teve início há cerca de 6 anos: a centralidade da internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos. Para essas análises utilizou-se a pesquisa bibliográfica e dados da pesquisa com coletivos, que envolveu a pesquisa de todos os coletivos com páginas de facebook, bem como entrevistas com militantes de coletivos em atividade na cidade de Teresina, Piauí (nordeste do Brasil).

1 AS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

Apesar de algumas críticas sobre sua periodização (HEMMINGS, 2009), no Brasil e em outros países, a história do movimento feminista é contada em ondas. A noção é amplamente utilizada e tomada como auto evidente, mas não se pode negar a similitude, na literatura de movimentos sociais, com a de “ciclos de protesto”. Segundo o seu maior teórico, o ciclo de protestos equivale a uma fase de intensificação dos conflitos, na qual o protesto público ganha força, difundindo-se amplamente em vários setores da sociedade, inclusive nos menos mobilizados (TARROW, 1994). Refletindo sobre essa analogia, é possível pensar nas “ondas”

² Os movimentos feministas são comumente periodizados em ondas, em diversos países. Uma aproximação possível é com o conceito de ciclos de protesto, de Tarrow (1994). Para uma síntese do conceito e de seu uso no interior de uma teoria do confronto político, cf. McAdam, Tarrow, Tilly (2009).

como ciclos de protestos, associadas ao contexto político, social e histórico mais amplo.

Porém, os períodos e as características gerais de cada onda podem variar entre os diversos países. Enquanto alguns conquistaram o sufrágio feminino (traço da primeira onda) no início do século XX (por exemplo a Finlândia em 1906), outros só permitiram a votação feminina no final do século (1993, na África do Sul). No mesmo sentido, deve-se ressaltar que a luta pela igualdade entre homens e mulheres não se inicia na primeira onda, mas acompanha toda a trajetória da história das mulheres. O uso da ideia da ideia de ondas serve para organizar a realidade, apontando tendências do movimento feminista, mas não deve ser limitadora da sua análise, desconsiderando a trajetória, contradições e diversidade do campo social.

Os EUA geralmente são tomados como o parâmetro principal para esse tipo de historicização em outros países. A primeira onda, indubitavelmente, é a onda do sufrágio. Entre meados do século XIX e início do XX, mulheres de classe alta e bem instruídas se levantaram na defesa de direitos políticos, em diversos países. Porém, a conquista legal do sufrágio se deu com uma enorme diferença temporal³.

Já a segunda onda viria em meados do século XX, na década de 1960, na esteira dos movimentos dos direitos civis e da contracultura; a influência teórica remonta à apropriação d'O Segundo Sexo de Beauvoir por interlocutoras como Betty Friedan, Kate Millet e Germaine Greer (SANTOS, 2016). Nessa onda também acontece a inauguração dos Women's Studies (ADELMAN, 2009) e dos primeiros ensaios sobre gênero, como o clássico escrito em 1975 por Gayle Rubin.

Embora ainda carregada por uma série de questões herdadas da segunda onda, a terceira onda estadunidense é especialmente marcada pela emergência do conceito de interseccionalidade. O caso de assédio de Anita Hill, na década de 1990, combinada com a força que ganhavam demandas que os movimentos feministas

³ A primeira onda é, claramente, um exemplo de uniformização das ondas entre diversos países. Toma-se o período de meados do século XIX como o início da primeira onda, devido a já algumas manifestações e escritos de mulheres sobre igualdade, ainda que os protestos tenham se acirrado publicamente especialmente no início do século XX. Nos EUA, o sufrágio feminino foi conquistado em 1920, no Reino Unido, parcialmente em 1918, num processo que se arrastou até 1928. No Brasil em 1932, mas um exame da América Latina faz o período de luta por sufrágio se estender de 1927 (Uruguai) até 1961 (Paraguai)..

negros vinham fazendo desde a década de 1970, acabam dando voz a essas inquietações (CRENSHAW, 2018). A autora, uma das juristas envolvidas na defesa de Hill, já vinha elaborando o conceito, que explicou pela primeira vez utilizando o caso clássico de discriminação na contratação de mulheres negras pela General Motors (CRENSHAW, 2004).

Outro traço importante da terceira onda nos EUA é a abordagem pós estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação desses estudos pelo campo de gênero, no qual autoras como Judith Butler são representativas, mas referências como Donna Haraway e Thomas Laqueur são também importantes (SANTOS, 2016; HEILBORN, 2016)⁴.

Por fim, uma quarta onda também se afigura, mas, como tudo que ainda está em curso, também está em plena elaboração. De fato, algumas características são já reunidas com frequência: o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o “feminismo de hashtag”); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismo em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes) (SOLLE, 2015).

É comum misturar as características dessas ondas, tomadas como um fenômeno internacional, e homogeneizar suas características num grande movimento histórico. De fato, às vezes não é tão fácil separar os fenômenos de cada país, pois muitas vezes, há diversas influências mútuas. Porém, uma análise mais acurada dos acontecimentos no leva a especificar melhor as ondas e ver diferenças importantes e definidoras das dinâmicas desses movimentos.

No Brasil, embora se pudesse fazer uma periodização apoiada em autoras, é mais comum encontrar uma historicização baseada em dinâmicas sociais. A primeira “onda” feminista no Brasil, como em outros países, é identificada com a luta pelo sufrágio feminino (PINTO, 2003), que aqui teve lugar na década de 1930.

⁴ Um marco político foi, no entanto, o manifesto de Rebecca Walker, em 1992 (Becoming the Third Wave).

Porém, é no início do século XX que se pode falar em uma mobilização com um certo grau de organização e escala coletiva considerável, inclusive com a fundação de um Partido Republicano Feminino. Destaca-se nesse período a atuação de Bertha Lutz e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a edição de um número considerável de periódicos femininos que, para além do voto, discutiam outras questões relativas à condição feminina, como a educação igualitária e o direito ao divórcio. Ao lado desse feminismo de mulheres educadas e de elite, surgia também um feminismo anarquista, na efervescência do movimento trazido, em grande parte, por imigrantes italianos (PINTO, 2003)

Esse primeiro momento da luta feminista é considerado de cunho mais conservador, pois havia menos questionamento em relação à divisão sexual dos papéis de gênero (COSTA, 2005, p. 13). O feminismo vinha das elites, mas falava a uma crescente classe média urbana feminina, que se educava e já ocupava alguns postos de trabalho nas cidades. Assim, a exceção de um feminismo anarquista e operário (PINTO, 2003), o feminismo da época era formado por um grupo mais ou menos homogêneo: mulheres educadas ligadas às elites, muitas vezes funcionárias públicas e professoras (HAHNER, 2003).

Já a segunda onda — que em países como os Estados Unidos e a França ganhou força num contexto de contestação política e cultural — no Brasil ocorreu no período da ditadura militar iniciada em 1964, especialmente a partir de meados de 1970. Uma oportunidade política foi aberta pela proclamação do Ano Internacional da Mulher em 1975, o que propiciou discussões públicas quando isso era, via de regra, proibido. Segundo Alvarez (1990), as questões das mulheres não eram vistas como assuntos políticos, ou potencialmente subversivos. Além dos espaços acadêmicos, movimentos de mulheres (como na luta por creches) surgiam, e mesmo nos movimentos populares urbanos (luta contra carestia, moradia), a grande maioria da base era composta por mulheres. A segunda onda ainda contava com feministas exiladas, militantes de partidos políticos (que exerciam, por vezes, a dupla

militância⁵), estudantes universitárias e acadêmicas (PINTO, 2003). A questão da autonomia era uma das tônicas dos movimentos feministas que atuavam naquele período, mas não só deles: os movimentos sociais daquela época em geral ressaltavam a independência do Estado opressor.

Na década de 1990, juntamente com um movimento mais amplo de terceirização e proliferação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), surgiram numerosas organizações feministas e de mulheres, que foi chamado por alguns de institucionalização do movimento (ALVAREZ, 2014). Tal período foi marcado pela relação do Estado com os movimentos — seja via financiamento e/ou pela participação dos mesmos na formulação e execução de políticas públicas. Posteriormente, esse feminismo dito institucionalizado, constituído por profissionais capacitadas, empregadas no Estado ou nas organizações, foi chamado de “terceira onda”, no Brasil e na América Latina (ALVAREZ, 2014; MATOS, 2014).

Alguns marcos dessa terceira onda são a Conferência de Beijing em 1995 (conferência internacional para discutir os direitos das mulheres), assim como a interlocução entre Estado e sociedade civil possibilitada pelas Conferências e pelos Conselhos de Direitos. No Brasil, a Eco 1992 e a tenda Planeta Fêmea simbolizaram o início da eclosão de Organizações Não-Governamentais feministas, que tem como características a profissionalização e a tecnificação de suas ações, afinadas com as agendas internacionais do gênero (momento em que o termo ganha impulso no Brasil). Nessa onda, ONGs que discutiam questões como raça e diversidade sexual surgem e fazem um trabalho importante, e pode-se afirmar que imprimem marcas para o que virá a ser a onda seguinte.

Hoje, estaríamos diante de uma quarta onda. Conforme Matos (2014), a quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano teria como características a institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, o processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e a possibilidade da luta trans ou pós-nacional.

⁵ Dupla militância era o termo utilizado por feministas que militavam tanto no partido quanto nos movimentos feministas (ALVAREZ, 1990). A discussão sobre dupla militância relaciona-se com a questão da autonomia dos movimentos feministas em relação a outras esferas institucionais (como Estado ou partido).

Em um texto de 2014, Alvarez utiliza a noção de terceiro momento para caracterizar a multiplicação de campos feministas. O terceiro momento do feminismo teve suas expressões mais concretas nas manifestações alter-mundistas e no Fórum Social Mundial, e continua se remodelando após as Jornadas de Junho de 2013. Tais feminismos reivindicam um retorno às ruas, assim como autonomia. Percebe-se o distanciamento em relação à institucionalização dos movimentos, que foi característico da terceira onda.

Diferente da terceira onda, propõe-se neste trabalho que as características da quarta onda feminista no Brasil, iniciado nos últimos cinco anos, são: a presença dos meios de comunicação digitais; a adoção de diversas clivagens sociais atreladas ao gênero na luta feminista, ou a disseminação da ideia de um feminismo interseccional e a organização em forma de coletivos também pode ser considerada um traço da quarta onda feminista no Brasil. Todos esses três fatores serão retomados a seguir.

2 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA NOVA ONDA DE MOBILIZAÇÕES FEMINISTAS

2.1 As Redes Sociais Digitais

Não é mais possível ignorar a importância das novas mídias tecnológicas na formação de identidades coletivas entre os jovens (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016, p. 992). As novas formas de tecnologias de comunicação e informação não são apenas um canal de comunicação e visibilidade dos movimentos; as redes sociais digitais constituem um componente relevante para compreender a constituição dessas organizações. As redes formam um território de ação política em que se produzem disputas em torno do seu controle e é lá que novos membros são formados (VOMMARO, 2015).

A popularização da internet possibilita maior democratização na construção e divulgação de ideias, na medida em que qualquer um pode criar textos e vídeos e compartilhá-los nas redes sociais digitais. Assim, ideias feministas antes restritas a

pequenos grupos tomam grandes proporções.

Por exemplo, nas redes sociais digitais são recorrentes as campanhas que defendem a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres. Tais campanhas são criadas por indivíduos ou pequenos grupos e compartilhadas por muitas mulheres, possibilitando a construção de identidades feministas entre as usuárias das redes. Nesse sentido a rede digital possibilita a massificação do que é o feminismo (ainda que não a massificação das feministas). Corroborando tais argumentos, Cazarré (2016, s/p.), explica que na quarta onda: “As bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo.”

Por isso a quarta onda do feminismo no Brasil é chamada por Felgueiras (2017, p. 119) de ciberfeminismo, já que é formada por “jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la”. A internet criaria uma comunidade de mulheres ciberativistas.

A internet também proporciona a construção e divulgação de diversas vertentes feministas. Apenas como exemplo, o blog QG Feminista publicou uma matéria chamada “Quais são as principais vertentes do feminismo?” (QG Feminista, 05/03/18). Nela são apresentadas as seguintes vertentes: Liberal, Radical, Interseccional, Negro, Marxista, Lésbico, Anarquista e Transfeminismo, indicando assim a multiplicação de lutas que se juntaram ao gênero. Segundo Toledo (2017, p. 06): “Vivemos um momento de multiplicação dos campos feministas no qual a internet não atua apenas como ferramenta de organização: ela é uma extensão desses campos”.

A internet também remodela a forma como a militância atua: “Os movimentos sociais também foram transformados e desafiados pelas novas tecnologias tendo que repensar suas estratégias de militância, além de problematizar os seus novos papéis dentro de um território ainda inexplorado e digital.” (AZEVEDO, 2017, p. 25). As redes sociais possibilitam novos repertórios de mobilização — exemplo são os protestos convocados nas redes sociais digitais — e compartilhamento de

informações que não são veiculadas na mídia tradicional. Os movimentos sociais têm que se adequar às novas tecnologias de comunicação e acabam se transformando nesse processo.

Ademais, a internet permite que os movimentos feministas entrem em contato com ideias desenvolvidas em outros países, possibilitando uma atuação transnacional. A diminuição de fronteiras entre os movimentos sociais, intensificada pelos meios de comunicação digitais, permite que discussões e mobilizações que estão sendo feitas em vários países cheguem ao Brasil. A luta trans ou pós-nacional dos movimentos feministas da quarta onda também é ressaltada por Matos (2014).

Todas essas novas características do feminismo relacionadas à expansão da internet (massificação, diversidade, militância digital e transacional) fazem parte do que se chama aqui de quarta onda.

No entanto, a constatação de que a internet transforma o feminismo não pode desconsiderar as limitações da rede. O limite mais evidente está relacionado ao fato de que muitos brasileiros não têm acesso à *web*. Desde 2004, o acesso à internet nos domicílios por meio de microcomputador vem aumentando, variando de 6,3%, em 2004, a 25,7% em 2012 (IBGE, 2016). Em 2014, mais da metade dos domicílios no Brasil passaram a ter acesso à internet, saindo de 48% em 2013, para 54,9% — o equivalente a 36,8 milhões de domicílios. Em 2015, a expansão continuou ocorrendo, alcançando 57,8%, correspondente a 39,3 milhões de domicílios conectados. Os meios móveis (celulares e tablets) permitem o acesso fora de casa, potencializando assim o uso da internet pelos brasileiros. No entanto, uma parcela significativa de brasileiros permanece sem acesso à rede.

Ademais, o uso da internet é desigual entre regiões, faixas etárias e classes sociais. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste permaneceram registrando os maiores percentuais de utilização da rede (IBGE, 2016). Em relação ao uso por faixas etárias, os jovens registraram os maiores percentuais de utilização da internet. Quanto maior a classe de rendimento mensal domiciliar per capita, maior o percentual de domicílios ligados na rede (IBGE, 2016). Esses dados são importantes

para pensar o público que acessa e divulga o feminismo na internet, assim como para ressaltar que a luta feminista também é feita fora do mundo digital.

2.2 O Feminismo Interseccional

“Interseccional” é um termo que vem se popularizando rapidamente entre as militantes brasileiras. Traz consigo a ideia de superação de um feminismo branco e de classe média das ondas anteriores, conjugando elementos identitários como raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, etc. Traduzido na academia brasileira há mais ou menos uma década, associada a Crenshaw (2002), tem sido utilizado por diversas autoras e é uma bandeira bastante presente em mobilizações contemporâneas.

Embora o termo esteja se popularizando (HENNING, 2015) a análise e militância em torno de clivagens sociais como raça, classe e gênero não é novidade no debate acadêmico, tampouco nas bandeiras dos movimentos sociais.⁶ A discussão por trás do termo interseccionalidade (ainda que nem sempre as autoras utilizem o termo) é central na obra de feministas negras tais como: Audre Lorde, Bell Hooks, Angela Davis, Patrícia Collins e Lélia Gonzalez. Suas obras denunciavam que as discussões de gênero geralmente se referem a mulheres brancas, desconsiderando como as clivagens sociais raça e classe social se traduzem em desigualdades para as mulheres negras.

A autora feminista negra mais importante por disseminar o termo interseccionalidade é Kimberlé Crenshaw, primeiro com seu texto “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, publicado em 1989. Em outra publicação, a autora explica que, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais

⁶ Para saber mais sobre as diversas linhas teóricas que abordam a interseccionalidade, consultar Hirata (2014), Biroli; Miguel (2015) e Henning (2015).

como classe, casta, raça-cor, etnia, religião, origem nacional e orientação afetiva/sexual pesam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Conforme Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A autora ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades. Logo, a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008).

Introduzida na academia brasileira no início dos anos 2000, o conceito vem se tornando cada vez mais disseminado, a exemplo do que já acontecia no feminismo estadunidense desde sua terceira onda, uma pauta de mobilização e uma posição política no interior das inúmeras vertentes do feminismo que vêm se popularizando no Brasil.

A adoção do olhar interseccional tem permitido que muitos movimentos feministas adotem a companhia pelo fim da discriminação contra mulheres negras e/ou contra o ódio direcionado à população LGBT. Nesse sentido, a abordagem interseccional serve como um parâmetro de justiça, na medida em que exige que seja considerado o intercruzamento das desigualdades na inclusão de grupos e garantia de direitos aos mesmos.

Ainda que nem todos os movimentos feministas se denominem interseccionais, a produção de vertentes do feminismo expressa o quanto o mesmo está se abrindo para outras clivagens sociais, além do gênero. Inclusive, as intersecções entre o movimento feminista, negro e LGBT é bastante presente nos trabalhos que citam a quarta onda. Um exemplo é o seguinte trecho de Silva e Pedro

(2016, p. 194): “Diferentemente das ondas que a antecederam, a proposta mais ousada de uma quarta onda do feminismo [...] é reconhecida pela incorporação dos diversos feminismos de correntes horizontais, como o negro, lésbico e o masculino e os LGBT.”

A adoção de lutas interseccionais também tem relação com a internet, na medida em que no mundo digital são divulgados estudos sobre interseccionalidade, assim como reflexões acerca da importância do combate ao racismo e à homofobia (agora estendido também para a lesbofobia e LGBTfobia). Diante de tantas informações e denúncias de casos que envolvem preconceitos, as feministas vêm aderindo a novas causas.

A maior democratização das informações possibilitada pela internet também permitiu a divulgação de ideias de mulheres negras e/ou mulheres lésbicas, contribuindo para a adoção das lutas interseccionais. Uma das feministas negras mais famosas hoje, Djamila Ribeiro, difunde a interseccionalidade nas redes sociais, em cursos acadêmicos e em programas de televisão. Ela é um exemplo de feminista com grande presença na internet que foi chamada para a televisão (Programa Amor & sexo da rede Globo e Saia Justa, do GNT), contribuindo assim para a ampliação da compreensão acerca das clivagens relacionadas à opressão social.

Em suma, a ideia de interseccionalidade serve à diversificação do feminismo, que não entende “a mulher [...] como uma categoria unitária ou um sujeito político unívoco.” (RIBEIRO, 2018, p. 89). A interseccionalidade permite a expressão e adoção dos diversos feminismos.

2.3 Os Coletivos Feministas

A forma como os movimentos se organizam tem se alterado, em estreita relação com a ampliação do acesso à internet. A forma organizativa da terceira onda era formal, regrada, hierarquizada e muitas vezes financiada pelo Estado. Já na quarta onda as feministas se organizam nos chamados coletivos: fluidos e discursivamente distante do Estado (PEREZ; SOUZA, 2017). Inclusive os coletivos

não têm uma pauta permanente de ação, ele “pode agregar múltiplas demandas, e, por meio de debates periódicos, são definidas quais as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise.” (MAIA, 2013, p. 69).

Ainda pouco exploradas, as mobilizações chamadas de coletivos, neste trabalho, foram consideradas centrais para a quarta onda feminista. Dada a novidade do fenômeno, optou-se por uma investigação exploratória por meio de entrevistas semiestruturadas com membros de todos os 22 coletivos que atuavam no início do ano de 2017 na cidade de Teresina — capital do estado do Piauí. Destes, 5 tinham o feminismo com eixo central.

Numa segunda fase, com o intuito de ampliar a compreensão do fenômeno, foram investigados todos os coletivos que possuíam páginas na rede social digital mais utilizada no Brasil: o facebook. Na busca, utilizou-se primeiramente o descritor “coletivo” e “coletiva” no mês de junho de 2017. O banco de dados foi formado por 725 páginas de coletivos. Desse total, 39,9% atuavam com temas relacionados às artes (teatro, dança e organização de eventos culturais). Em segundo lugar, o tema mais presente nos coletivos era o feminismo (19%, ou 138 páginas). Coletivos que se mobilizavam em torno de questões ambientais (também incluídos coletivos que defendem a causa animal e saúde dos indivíduos) ou assuntos ligados aos grupos LGBT's, assim como no combate ao racismo, movimentos estudantis e acesso a cidades tinham em torno de 4% a 8% páginas cada um.

De forma geral, os coletivos feministas ressaltam o caráter horizontal e autônomo, o que discursivamente denota o afastamento das instituições parlamentares e seus partidos políticos, embora muitos de seus membros sejam ligados a partidos políticos. Um exemplo típico de coletivo feminista universitário é assim descrito no facebook:

Nos organizamos de forma horizontal e autogestionada, ou seja, sem hierarquias e divisão de cargos, apenas divisão de tarefas. Autônomo, o Coletivo não tem vínculo com outras organizações partidárias, o que não exclui que pessoas organizadas em outras esferas ajudem a construir o coletivo e, portanto, esteja presente um diálogo aberto com quaisquer ideologias.

Percebe-se que os discursos dos coletivos apontam para novas práticas e nomenclaturas que demarcam a distância das instituições parlamentares, consideradas engessadas e ineficientes, bem como do modo de se organizar politicamente via partidos ou organizações formais. Os coletivos consideram até os movimentos sociais como engessados, tradicionais e centralizadores (GOHN, 2017).

O distanciamento dos movimentos feministas em relação ao Estado como traço de um novo momento, também está presente no trabalho de Alvarez (2014). A autora explica que o que chama de terceiro momento do feminismo reivindica um retorno às ruas, assim como autonomia, além de ter a diversidade como outro traço (ALVAREZ, 2014).

A diversidade das lutas encampadas também é bastante presente nos coletivos feministas pesquisados. Dentre os 138 coletivos feministas com páginas no facebook, um pouco mais da metade (56,5%) publica nas suas páginas denúncias e defesas de mais direitos para as mulheres, além de reivindicá-los para outros grupos, como negros, pobres e população LGBT.

Ao analisar as 5 últimas postagens de cada página, constatou-se que o segundo tipo de clivagem social mais discutida (além do gênero) envolve raça (30%) seguida pela questão LGBT (14%) e classe social (8%). Ou seja, existe entre os coletivos uma preocupação com clivagens que vão além das pautas principais. A preocupação mais comum geralmente é com gênero e raça, tal como um coletivo feminista negro que considera ser necessária a: “[...] conscientização da sociedade ao [sic] combate tanto do racismo, quanto do feminicídio e quaisquer outros tipos de opressões”.⁷

Na época da pesquisa, apenas seis coletivos se definiam como interseccional. Desses, dois não expressavam em suas páginas o que entendiam por interseccionalidade, enquanto outros quatro pontuaram lutas contra o machismo, racismo, LGBTfobias e opressões relacionadas à classe social. Mesmo que não se

⁷ Trecho retirado da página do Coletivo Feminista Obá Elekó no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/feministaseleko>>. Acesso em agosto de 2017.

definem como interseccionais, o intercruzamento de pautas é ressaltado pela literatura sobre interseccionalidade.

A importância da interseccionalidade nas mobilizações feministas também pode ser constatado pela própria autodenominação de um dos coletivos entrevistados em Teresina/PI: Coletivo Interseccional. Conforme o entrevistado desse coletivo, a interseccionalidade foi construída pela presença de meninas negras: “[...] pra gente discutir raça, ela é imprescindível, tendo em vista que nós temos muitas meninas negras, tendo em vista que as que mais sofrem essa escala são as mulheres negras e indígenas né?”. Logo, a presença de negras faz a diferença no tipo de discussão do grupo.

A maior parte dos coletivos feministas é formado por universitários (70%) que reproduzem e produzem o debate sobre o gênero, assim como a atuação interseccional, em consonância com os debates acadêmicos sobre o tema.

No entanto, a discussão acadêmica não é a única explicação para a interseccionalidade das clivagens sociais adotadas pelos coletivos. Conforme um dos entrevistados, a Coletiva foi criada em 2012 pela percepção de que faltava discussões relacionadas a gênero, raça e sexualidade dentro da universidade. Nas palavras dele: “a gente percebe que a universidade é um lugar muito vazio nessas questões e aí essas pessoas que sofrem todo esse tipo de opressão, de gênero, de raça, enfim, elas viram a necessidade de se organizar de alguma forma pra trazer esse debate.”

A explicação para esse olhar mais amplo em relação às desigualdades sociais, por parte dos alunos, pode ter relação com o contato que eles tiveram com tais discussões na internet. Assim, as diversas características da quarta onda detectadas nesse trabalho se relacionam, bem como sofrem influência de um contexto sócio-econômico mais amplo.

A internet é ainda central na compreensão dos coletivos, como já mencionado. No entanto, o acesso à internet também não explica sozinho a transformação da militância. A ampliação do ensino superior público nos últimos 10 anos e a adoção de cotas permitiram que alunos pobres e negros ingressassem na universidade,

pautando assim o debate sobre suas dificuldades. Por outro lado, com o início da gestão Lula em 2003, foi intensificada a participação política de mulheres e LGBT's no interior do Estado. O ativismo estatal e a maior participação de mulheres, negros e LGBT's permitiu mais conhecimento e reconhecimento de suas lutas. Acrescenta-se a isso a intensa mobilização de movimentos negros, feministas e LGBT's para que seus direitos sejam concretizados e as desigualdades superadas.

O crescimento de coletivos também tem relação com a desconfiança nas instituições tradicionais pela população brasileira, incentivando um tipo de mobilização que não quer ser associado à formalidade ou hierarquia (PEREZ; SOUZA, 2017). Esses últimos traços são característicos das organizações próximas do Estado, tais como associações, que recebem financiamento público e que se multiplicaram na terceira onda feminista.

Não por acaso Alvarez (2014) aponta que os movimentos feministas continuam se remodelando após as Jornadas de Junho de 2013.⁸ As Manifestações de 2013 expressaram o distanciamento da política parlamentar: “[...] as massas nas ruas afirmam o desejo de exercício da política sem mediações institucionais [...]” (TATAGIBA, 2014, p. 41). O distanciamento dos partidos também marcou as Manifestações da época, inclusive os manifestantes eram hostis à presença de partidos e seus militantes (TATAGIBA, 2014). Acompanhando esses posicionamentos, proliferaram nas Manifestações de 2013 os coletivos. Os coletivos rechaçam o vínculo com partidos políticos, sindicatos, ou igrejas, pautando a luta de forma direta, sem a necessidade de mediadores. (VOMMARO, 2015).

Nesse sentido as Jornadas de Junho de 2013 marcam o início de um novo ciclo de protestos feito também por coletivos que tem dentre suas principais pautas o feminismo, associado à luta antirracista, classista e em favor de mais direitos para

⁸ As chamadas Manifestações de Junho de 2013 expressavam insatisfações com temas sociais (saúde, educação, transporte) e com a política institucional. As manifestações tiveram como estopim a reivindicação por parte do Movimento Passe Livre para que a tarifa na cidade de São Paulo não sofresse aumento e, em última instância, fosse gratuita — atendendo ao direito humano de ir e vir. Assim, em junho de 2013, milhões de jovens se organizaram ocupando ruas e edifícios públicos durante vários dias, expressando as limitações dos avanços políticos e sociais do Brasil nos últimos anos (VOMMARO, 2015).

a população LGBT. Nesse novo ciclo de protestos são criados e compartilhados conteúdos no meio digital, onde se organizam manifestações que vão para a rua.

As jornadas de Junho de 2013 são o marco utilizado no presente trabalho como o início da quarta onda. Tal constatação está próxima, ainda que não seja idêntica, à periodização proposta por Cazarré (2016, s/p.), segundo a qual: “No Brasil, costuma-se considerar como ponto de partida da quarta onda a primeira Marcha das Vadias, que aconteceu em junho de 2011 em São Paulo. Havia começado em abril no Canadá (esse feminismo é, sem dúvida, um movimento essencialmente global). E é tudo muito recente: foi só em 2014 que o movimento ganhou repercussão para valer, em grandes campanhas.”

Considerações Finais

Ao se revisar a historiografia recente dos movimentos feministas no Brasil, pode-se perceber algumas distinções importantes em relação à periodização por ondas e sua matriz mais referida, o feminismo estadunidense. A terceira onda brasileira foi impulsionada pela crescente importância da atuação de ONGs, favorecidas por um contexto internacional mais amplo, de financiamentos internacionais e discussões nesse âmbito (como as Conferências de Direitos Humanos da década de 1990 e, nesse conjunto, a 4ª. Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, 1995). Apesar da importância de discussões sobre raça e diversidade sexual, essas ainda não eram protagonistas no debate. Ainda assim, eram vistas como uma explosão da diversidade no feminismo.

Com o declínio dos financiamentos internacionais e mesmo o ingresso do Estado como o principal financiador até o início da década de 2010, o feminismo profissionalizado e técnico diminuiu. Porém, um novo contexto de acesso à educação superior e uma nova onda de ingressos de jovens, com políticas de ação afirmativa como cotas e ProUni, traz uma nova geração aos bancos escolares. Ao lado disso, uma revolução comunicacional engendra novas formas de sociabilidade e

mobilização política, via redes sociais. Acompanhando tais transformações, pode-se afirmar que o movimento feminista brasileiro estaria em uma quarta onda, que pode ser definida como digital, interseccional, fluida e plural.

A conceito de interseccionalidade, até então restrito à academia, ganha nova força com a emergência de intelectuais mulheres e negras, que amplificam seus discursos via internet. Assim, ao contrário da terceira onda estadunidense, é na quarta onda que o ativismo interseccional ganha força e forma. A ideia de sororidade, que fora já rejeitada em contextos como o estadunidense, se reedita como a forma que mulheres brancas podem, de alguma forma, falar sobre questões como raça e classe sem tomar o “lugar de fala” (para se mencionar expressão da moda); por outro lado, a reflexão e a expressão de intelectuais negras ganha centralidade nesse novo feminismo, antes visto como uma das “especificidades” das mulheres.

Nesse contexto, as Jornadas de Junho de 2013 acabam por ter o poder demiúrgico de marcar temporalmente o nascimento dessa nova onda, fazendo com que essas novas militantes “nasçam” para o ativismo em lugares e tempos sincronizados, marcando uma geração. Sendo assim, parece-nos que faz sentido corroborar uma literatura que aponta para o surgimento dessa nova onda, porém, com características próprias do contexto brasileiro, embora com algumas semelhanças com outros países, características essas que são traço do contexto mais amplo (como as redes sociais).

Por outro lado, é necessário continuar a produção de conhecimento sobre a temática, no sentido de embasar melhor o delineamento de uma quarta onda. É importante atentar para questões que podem estar sendo negligenciadas pela literatura, como a organização predominante em coletivos e mesmo, a sororidade reeditada na interseccionalidade. Neste trabalho, essas questões se mostraram fundamentais para a compreensão desse novo capítulo do movimento feminista, cada vez mais consolidado, porém cuja explicação e captura podem se mostraram bastante complexas.

REFERÊNCIAS:

ADELMAN, M. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Blucher Acadêmico, Florianópolis, 2009.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014 .

_____. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press. 1990.

AZEVEDO, J. V. Feminismo de revista: análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da Revista ELLE. **Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo**. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2017.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R.; MORAIS, J. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, 2016.

BIROLI, F; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, n. 2, v. 20, p. 27-55, 2015.

CAZARRÉ, M. A “quarta onda do feminismo” nasce em 2015. **Revista Brasileiros**. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015>>. Acesso em maio de 2016.

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas**, Brasília, v. 7, p. 09-36, 2005.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 10 março 2019.

_____. **We Still Haven't Learned From Anita Hill's Testimony**. New York Times, 27 sept. 2018. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/09/27/opinion/anita-hill-clarence-thomas-brett-kavanaugh-christine-ford.html>. Acesso em 10 mar. 2019.

FELGUEIRAS, A. C. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo, **Revista Digital Simonsen**, nº 6, p. 108-121, 2017.

GOHN, M. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

HAHNER, J. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil – 1850-1940. Florianópolis, Editora Mulheres: Edunisc, 2003.

HEILBORN, M. L. Usos e desusos do conceito de gênero. *Cult*, n. 219 (Dossiê A Quarta Onda do Feminismo), dez./2016.

HEMMINGS, C. Contanto estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.17, v. 1, p. 215-241, 2009.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, n. 20, v.2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MAIA, G. L. A juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v.8, n.1, p. 58-73, 2013.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

____. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. **Anais...** Caxambu, 2014.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=

PINTO, C. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

PEREZ, O.; SOUZA, B. M. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. **41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos/file>>. Acesso em 04 mai. 2018.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, vol. 11, nº 2, p. 263-274, 2008.

QG Feminista. **Quais são as principais vertentes do feminismo?** Radical, liberal, interseccional... entenda de uma vez por todas o que significam essas tais "vertentes feministas". Disponível em <<https://medium.com/qg-feminista/quais-s%C3%A3o-as-principais-vertentes-do-feminismo-ae26b3bb6907>>. Acesso em 01 abr. 2018.

- RIBEIRO, L. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 83-99, 2018.
- RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex", in REITER, Rayna (ed.), **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.
- SANTOS, M. G. Os feminismos e suas ondas. **Cult**, n. 219 (Dossiê A Quarta Onda do Feminismo), dez./2016.
- SILVA, R.; PEDRO, J. Sufrágio à brasileira: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 1981-3082, 2016.
- TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge University Press, 1994.
- TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p. 35-62, 2014.
- TOLEDO, A. Me empodera te empoderar. **Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social/Jornalismo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos**. Argentina: Grupo Editor Universitario, 2015.
- WALKER, R. Becoming the Third Wave. Disponível em <<http://www.msmagazine.com/spring2002/BecomingThirdWaveRebeccaWalker.pdf>>. Acesso em 14 set. 2018.